



## GÊNERO: UMA CONSTRUÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO CULTURAL

Joana Silvia Mattia Debastiani<sup>1</sup>  
Valdemir José Debastiani<sup>2</sup>  
Cezar Menegat<sup>3</sup>

### Resumo

O presente resumo expandido tem como objetivo analisar a transversalidade do gênero na construção histórico-social da cultura. Para o desenvolvimento utilizou-se o método dedutivo e a técnica bibliográfica. O problema se dá em torno do reconhecimento *do outro* em uma sociedade pluriétnica e pluricultural, com resquícios naturalizados de um Estado de dominação. Como hipótese de solução está o processo de emancipação através do reconhecimento crítico das construções sociais, da constituição cultural e simbólica materializado em ações afirmativas que reconheçam nos Estados contemporâneos a igualdade nas diferenças.

**Palavras-chave:** Cultura. Diferença. Gênero.

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a temática de gênero enquanto construção histórico-cultural fundamentada a partir das abordagens da psicologia social.

A constituição do contexto social se dá pela diversidade. Uma das características mais marcantes da *era dos extremos* (HOBSBAWN, 1994) é a diversidade étnica e cultural das populações de alguns países, havendo investigadores que chegam a falar em superdiversidade (VERTOVEC, 2007). A noção de *superdiversity* emprega-se para sintetizar uma série de traços que afetam o modo de viver das pessoas (SANTOS; LUCAS, 2015).


Nem sempre essa configuração pluriétnica e pluricultural é encarada positivamente enquanto possibilidade de enriquecimento pessoal e grupal. As lacunas sociais, que não reconhecem o outro enquanto diferente, criam situações de intensas rivalidades, conflitos e intolerância. Tais agentes ou grupos “não entende(m) o direito e a riqueza da diversidade”

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito pela Universidade de Passo Fundo/RS – UPF, linha de pesquisa Relações Sociais e Dimensões de Poder. Bolsista Capes. Integrante do grupo de pesquisas Dimensões do Poder, Gênero e Diversidade: A necessidade de políticas públicas não conflitivas para o desenvolvimento como liberdade. E-mail: joanamattia@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus de Frederico Westphalem/RS. Professor na Universidade do Contestado – Unc Campus de Concórdia/SC. E-mail: vdebastiani@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo. Professor na Faculdade de Teologia e Ciências Humanas – ITEPA. E-mail





(CASSINS; VASCONCELLOS, 2012, p. 1), logo, o diferente, precisa ser combatido, humilhado, desprezado, como forma de demonstrar e perpetuar a dominação através do poder.

A diferença e a sua inclusão em distintas ordens discursivas sempre existiu, ainda que boa parte da história da humanidade tenham sido invisibilizadas. A novidade das últimas décadas, é a exponencialização da sua visibilidade e o caráter libertador que as narrativas sobre a diferença assumiram. (SANTOS; LUCAS, 2015).

A diferença humana é o que possibilita a completude da espécie. Desta forma, esta diferença não pode ser analisada fora do habitat cultural do sujeito. A diversidade cultural, segundo Cassins e Vasconcellos (2012, p. 2)

constitui-se como um conjunto heterogêneo e dinâmico de concepções e atitudes relativas às diferenças, sejam elas de origem religiosa, de gênero, de orientação sexual, de pertencimento a diferentes contextos socioculturais, econômicos, políticos e educacionais. A proposta, então, é conhecer e refletir sobre as relações no espaço educacional sobre a diversidade entre sexualidade, gênero e religião.

Na busca de entender o ser humano faz-se necessário considerá-lo além do seu aspecto biológico, mas sob um ângulo holístico. Há necessidade de buscar um olhar ampliado, para além do seu corpo e sua origem animal. Compreender sua constituição em seu contexto sociocultural. Segundo Bonin (2010, p. 28) “o ser humano é um animal, mas o que o difere dos demais animais é a cultura”.

Sob esse enfoque, Guareschi (2005), propõem entender os aspectos culturais<sup>4</sup> dos símbolos no contexto social em que o indivíduo encontra-se inserido:

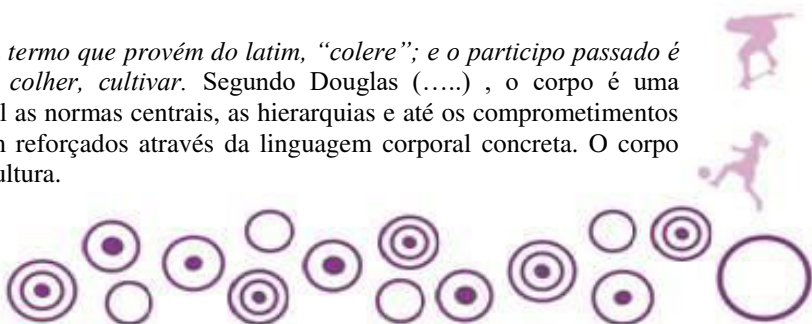
No decorrer dos séculos o ser humano foi sendo capaz de simbolizar, de criar símbolos que não necessariamente fossem iguais aos objetos que representam, mas que contém sentidos; e tais sentidos só podem ser interpretados dentro de determinados referenciais e códigos. (GUARESCHI, 2005, p. 99).


Desse forma, entender o aspecto simbólico de um determinado povo é imprescindível para que se possa entender aquela cultura. (GUARESCHI, 2005).

É através do manancial simbólico que um povo constitui seu mundo imaterial, suas relações humanas e estas com o passar do tempo vão se solidificando, se institucionalizando, se legitimando. Porém, mesmo que tais relações simbólicas sejam institucionalizadas e absorvidas por um povo, não significa que devam ser aceitas acriticamente. Para o autor *não é por ter nascido e vivido, por exemplo, em sociedades onde o patriarcalismo e o racismo vigoram, que tenha de ser, eu também, racista e machista.* (GUARESCHI, 2005, p. 100-101).

---

<sup>4</sup> Guareschi (2005, p. 98) refere que *cultura é um termo que provém do latim, “colere”; e o particípio passado é “cultum”. Colere significa, fundamentalmente, colher, cultivar.* Segundo Douglas (.....), o corpo é uma poderosa forma simbólica, uma superfície na qual as normas centrais, as hierarquias e até os comprometimentos metafísicos de uma cultura são inscritos e assim reforçados através da linguagem corporal concreta. O corpo também pode funcionar como uma metáfora da cultura.





Nesse mesmo sentido de construção coletiva de cultura, encontramos a construção de gênero. Neste terreno, é possível constatar uma “modernidade líquida”, para tomar emprestada a expressão cunhada por Bauman (2001) onde a fixidez das identidades coletivas e individuais cede lugar a uma fluidez que se aloja dentro dos indivíduos e se espalha pela sociedade.

Até boa parte do século passado, a maior parte dos teóricos aceitavam a crença de que havia um fundamento na natureza para a desigualdade de gênero<sup>5</sup>, para, segundo Kymlicka (2006, p. 304) fundamentar “o confinamento da mulher à família e para a sujeição legal e costumeira das mulheres aos seus maridos”.

Para Smith e Santos (2017) a situação que opõe homens e mulheres no mundo inteiro não é obra da natureza, mas o resultado de séculos de história humana. Há, portanto, diversas formas de abordar relações de dominação, de igualdade ou de desigualdade entre os homens e as mulheres. No ponto de vista do corpo, o homem e a mulher são seres biológicos, e de sua diferença anatômica, depende sua posição social. O gênero, ou a identificação social de gênero, como sugerem alguns teóricos, seria então determinado em função desta diferença.

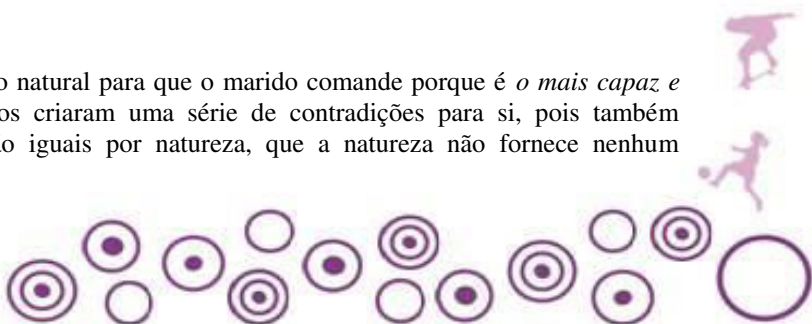
O constructo de gênero foi criado para enfatizar uma diferença entre homens e mulheres, não em termos biológicos, definidos pelo sexo, mas que dizem respeito a fatores culturais, sendo uma construção histórica, social e cultural. Englobam aspectos como: comportamentos, interesses, estilos de vida, tendências, responsabilidades, papéis, sentimentos/consciência de si, personalidade, afetos, intelecto e emoções. (ROS; ABELLA, 2008, p. 290).


A distinção entre sexo e gênero foi feita de forma pioneira por Money e Hampson (1955) e Stoller (1968), diante da impossibilidade de classificar determinados sujeitos como machos e fêmeas a partir do dimorfismo sexual, devido à ausência de uma clara demarcação dos caracteres sexuais secundários ou por problemas de caráter cromossômico ou hormonal que afetavam a diferença sexual.

Para Strey (1998, p. 183) “o gênero depende de como a sociedade vê a relação que transforma um macho em um homem e uma fêmea em uma mulher”, ou seja, as imagens que uma determinada cultura veicula a respeito do que significa ser homem e mulher, levam a um determinado desempenho e a uma determinada forma de relacionar-se entre si. (ROS; ABELLA, 2008, p. 290 ).

---

<sup>5</sup> Ao aceitar essa visão de que há um fundamento natural para que o marido comande porque é *o mais capaz e mais forte* (LOCKE, 1979), os liberais clássicos criaram uma série de contradições para si, pois também argumentavam que todos os seres humanos são iguais por natureza, que a natureza não fornece nenhum fundamento para a desigualdade de direito.





Baseado apenas na diferença construída pelo sexo biológico, sobre uma lógica binária homem-não homem, macho-não macho, heterossexual-homossexual instituiu-se, para Santos e Lucas (2015) o primeiro grande sistema de dominação: o patriarcalismo. Esse sistema determinou a importância de papéis e posições segundo preferências de gênero, a partir de uma visão de mundo masculina.

Os estereótipos de gênero conferem atributos que valorizam as atividades desenvolvidas pelos homens, quer em seus desempenhos profissionais, esportivos, bem como no que se refere à liderança, tomadas de decisão. (ROS; ABELLA, 2008).

Consequência disso é um “sistema simbólico de identificações culturais no qual a masculinidade é associada a obtenção de renda e a feminilidade é definida em função de serviços sexuais e domésticos para os homens e para a criação dos filhos”. (SANTOS; LUCAS, 2016, p. 36).

O estudo sobre gênero, embora seja um conceito que perpassa todas as áreas de estudo da psicologia e de outras áreas de conhecimento, tem íntima afinidade com a psicologia social que lança seu olhar para a história, para a cultura, não conseguindo entender o ser humano separado dessas instâncias.

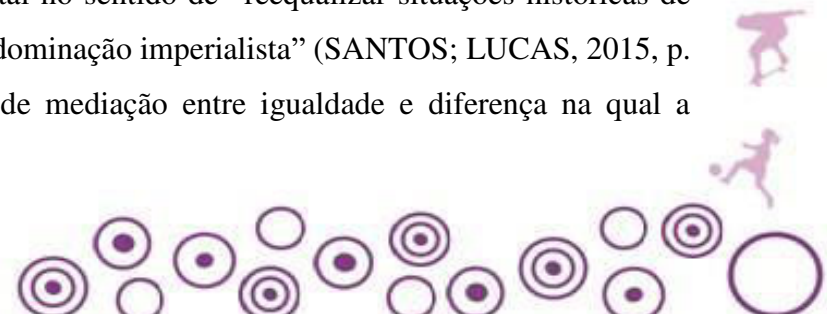
A importância em refletir para a conscientização sobre as diferenças entre os gêneros é o princípio para as relações em que as diferenças sejam encaradas com normalidade e não como uma oportunidade de discriminação.

As diferenças não podem ser transformadas em desigualdades, como é recorrente em várias culturas, inclusive na brasileira, mas sim como um conceito que promova a igualdade e respeito às características individuais (CASSINS; VASCONCELLOS, 2012).

Há de longe uma redefinição do conceito de igualdade, na medida em que se busca pelas pretensões do multiculturalismo, uma igualdade nas diferenças, “uma igual dignidade de sermos reconhecidos nas diferenças”. (SANTOS; LUCAS, 2015, p. 73)

Para Santos (2003) as versões emancipatórias do multiculturalismo baseiam-se no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum. As possibilidades emancipatórias alimentam debates e iniciativas para definições de novos direitos, de identidade, de cidadania e de justiça.

Assim, ações afirmativas, baseadas em uma compreensão diacrônica de igualdade, da qual decorre toda uma intervenção estatal no sentido de “reequalizar situações históricas de desigualdade, geradas por processos de dominação imperialista” (SANTOS; LUCAS, 2015, p. 74) são necessárias para uma espécie de mediação entre igualdade e diferença na qual a universalidade importa.





## Referencial bibliográfico

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CASSINS, Beatriz Conci; VASCONCELLOS. **Educação: diversidade sexual, gênero e diversidade religiosa**. 2012.

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia social crítica: como prática de libertação**. 3ª Ed., Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

BONIN, Luiz Fernando Rolim. Indivíduo, cultura e sociedade. *In.*: STREY, Marlene Neve; et al. **Psicologia social contemporânea: Livro texto**. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

KYMLICKA, Will. **Filosofia política contemporânea: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Martins Fontes, 1998

MONEY, J., HAMPSON, J. G. & HAMPSON J. L. (1955). **Hermaphroditism: recommendations concerning assignment of sex, change of sex, and psychological management**. Bulletin of the Johns Hopkins Hospital, 97, 301-319.

ROS, SZ., and ABELLA, SIS. Psicologia e relações de gênero: Constituição do sujeito e relações de gênero em um contexto de ensinar e aprender. *In.*: PLONER, KS. *et al.* (Org). **Ética e paradigmas na psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 287-298. ISBN: 978-85-99662-85-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SMITH, Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira, SANTOS, Jorge Luiz Oliveira dos. Corpos, identidades e violência: o gênero e os direitos humanos. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 2, 2017, p. 1083-1112.

STREY, Marlene Neve. Gênero. *In.*: STREY, Marlene Neve; *et al.* **Psicologia social contemporânea: Livro texto**. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

VERTOVEC, Steven. **Super-diversity and its implications**, Ethnic and Racial Studies, 2007.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

**Catálogo na Publicação:**

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira  
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

